**PROCESSO**: nº 2000-004991/2017.

**INTERESSADO:** HGE.

**Assunto:** PAGAMENTO.

**Detalhes:** SOL. PAGAMENTO POR INDENIZAÇÃO.

Trata-se do **Processo Administrativo nº 2000-004991/2017**, em 01 (um) volume, com 221(duzentos e vinte e uma) fls., que versa sobre o pagamento pelo fornecimento de materiais de OPME, utilizados nos procedimentos de alta complexidade, através da empresa **MEDICICOR COMERCIAL EIRELI (CNPJ nº 02.068.375/0001-19)**. A solicitação de pagamento está orçada em **R$291.656,44 (duzentos e noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)**.

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada na Lei Federal nº 8.666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fl.221), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado nos autos do processo:

**1 – SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO -** Constata-se Mem. nº 350/2017/GAB-HGE, de 28/03/2017, de lavra do Gerente, Carlos Alberto da Silva Gomes, solicitando o pagamento pelo fornecimento de materiais de OPME, utilizados nos procedimentos de alta complexidade, no montante de **R$291.656,44 (duzentos e noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)**, juntando DANFE´s, encaminhamento, boletins operatórios e relatório de anestesia, fls. 02/143.

**2 – AUTORIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO –** Verifica-se que não foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para a devida aquisição dos medicamentos, emitida pelo gestor da SESAU.

**3 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos observa-se que não foram juntadas as Certidões de Regularidade Fiscal da empresa **MEDICICOR COMERCIAL EIRELI (CNPJ nº 02.068.375/0001-19)**.

**4 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –** À fl. 148 consta nos autos informações sobre a dotação orçamentária a ser utilizada para cobertura da despesa, referente ao exercício de 2018.

**5 – Documento Fiscal**  – Às fls. 08/143 dos autos apresenta-se diversos DANFE´s totalizando **R$291.656,44 (duzentos e noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos),** da empresa **MEDICICOR COMERCIAL EIRELI (CNPJ nº 02.068.375/0001-19)**, atestados pelo servidor, Carlos Alberto da Silva Gomes, Gerente.

**6 – COTAÇÕES DE PREÇOS –** Às fls. 155/218 consta cotações de preços realizadas através do site [www.cotaçãozenite.com.br](http://www.cotaçãozenite.com.br), com data posterior a prestação dos serviços simplesmente para exemplificar valores não servindo como documento válido.

Neste sentido, vale destacar a determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, através do Acórdão n° 1.038/2011 – Plenário: ***“... realize prévia pesquisa de preços no mercado local e, em caso de necessidade de contratações diversas de mesma natureza, atente para a necessidade de revezamento de fornecedores e/ou a juntada de cotações de diferentes fornecedores nos respectivos processos, além de evitar o fracionamento de despesas, observando-se os limites do art. 24 da supracitada Lei.” (G.N).***

**7 – CONTRATO –** À fl. 146, observa-se no DESPACHO-SETCON, de 08/05/2017, informando a Inexistência de Contrato firmado à época entre a empresa **MEDICICOR COMERCIAL EIRELI (CNPJ nº 02.068.375/0001-19)** e a SESAU.

**8 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 57.404/2018** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 57, do Decreto Estadual nº 57.404/18, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM; (atendido)
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício; (atendido)
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**8 - DO CUMPRIMENTO DA SÚMULA ADMINISTRATIVA Nº 042/2018 DA PGE/AL –** Considerando as circunstâncias que envolvem o pagamento ora pleiteado, revela-se necessária à observância das recomendações contidas na Súmula Administrativa nº 042/18 exarada pela Procuradoria Geral do Estado de Alagoas – PGE/AL, através do DESPACHO PGE-PLIC-CD, que versa sobre pagamentos pela via indenizatória. *In verbis:*

I) O pagamento por indenização de despesas realizadas sem cobertura contratual poderá ocorrer quando observados os seguintes requisitos:

**a)** Atesto, elaborado pelo ordenador de despesa, do benefício auferido pela Administração Pública;

**b)** Ausência de má-fé do fornecedor ou executante aferida por meio de processo administrativo e atestada expressamente pelo ordenador de despesa, no sentido de que não tenha contribuído de qualquer forma para a irregularidade (Art. 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93);

**c)** Nota fiscal com atesto de que os bens/serviços foram efetivamente fornecidos, de acordo com as expectativas da Administração;

**d)** Justificativa da escolha do fornecedor ou executante;

**e)** Comprovação da compatibilidade do valor da indenização com o preço de mercado, aferida nos termos da IN 01/2016/AMGESP ou da IN 03/2015/AMGESP, conforme o caso;

**f)** Informe do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

**g)** Inocorrência de prescrição do crédito;

**h) Oitiva prévia da Controladoria Geral do Estado – CGE/AL;**

**i)** Instauração de sindicância administrativa e, sendo o caso, de posterior processo administrativo disciplinar, por meio do qual se possa identificar e responsabilizar o (s) agente público (s) responsável (is) pela assunção irregular da despesa, tudo mediante ampla defesa e contraditório. (Lei nº 5.247/91, art. 158 e seguintes). (sem grifos no original).

Os autos evidenciam o cumprimento das recomendações contidas na Súmula Administrativa nº 042/18 exarada no Despacho PGE-PLIC-CD(alíneas **c, e, d** e **f**), restando necessário à demonstração de cumprimento da recomendação contida na referida Súmula (alíneas **a, b, g** e **i**).

De toda a explanação e detalhamento processual, contidos no exame dos autos do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, alertem-se para a necessidade de informações, quais sejam:

1. **CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS PELA PGE/AL** –Que a SESAU demonstre o cumprimento da recomendação contida na referida Súmula, alíneas **“a, b, g** e **i*”.***
2. **DA NOTA DE EMPENHO** -Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e Liquidação, em favor da empresa **MEDICICOR COMERCIAL EIRELI (CNPJ nº 02.068.375/0001-19) no valor de R$291.656,44 (duzentos e noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).**
3. **DAS CERTIDÕES** – Que sejam juntadas aos autos as certidões referentes à regularidade fiscal da empresa credora quando do pagamento.
4. **DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 57 DO DECRETO Nº 57.404/2018 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 57 do referido Decreto Estadual.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens **I a IV**, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida coma empresa da empresa **MEDICICOR COMERCIAL EIRELI (CNPJ nº 02.068.375/0001-19)**, mediante publicação do ato, conforme art. 57, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 03 de julho de 2018.

Hertz Rodrigues Lima

**Assessor de Controle Interno/Matrícula nº 29.871-9**

Revisora:

Fabiana Cristina Mendonça de Freitas

**Assessor de Controle Interno/Matrícula nº 108-2**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**